

APRESENTAÇÃO

Caminhos interculturais do ensino de História na Latinoamérica: insurgências e (re)existências

Intercultural Perspectives on History Teaching in Latin America: Insurgencies and (Re)existences

Jean Carlos Moreno*

Nilson Javier Ibagón Martín**

Paulina Latapí Escalante***

Quem surge como o outro indomado? Como se instala a fronteira da diferença num país que abandona constantemente os sujeitos da sua história e os desloca teimosamente para um lado da vala, negando-lhes aquilo que a lei subscreve iterativamente?

(Rufer, 2023)

Para o pesquisador argentino Walter Mignolo (2005), o processo de independência nas Américas, com a “negação da Europa”, não significou a negação da “europeidade”. Os *criollos* que lideraram esse processo buscavam ser americanos sem deixarem de ser europeus, ou seja, afirmavam, ao mesmo tempo, suas diferenças para os ameríndios e a população afro-americana (Mignolo, 2005, p. 43). A construção dos novos Estados-nação projetou um discurso que manteve a colonização do tempo e do espaço, estruturada pelo colonialismo.

* Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. jcmoreno@uem.br <orcid.org/0000-0002-8781-9590>

** Universidad del Valle (Univalle), Cali, Valle del Cauca, Colômbia. nilson.ibagon@correounivalle.edu.co <<https://orcid.org/0000-0002-0708-2980>>

*** Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ), Santiago de Querétaro, Querétaro, México. paulina.latapi@uaq.mx <<https://orcid.org/0000-0002-3364-3235>>

O projeto de universalização da experiência ocidental europeia incidiu diretamente sobre a história-memória produzida, sincronizando tempos e mantendo as hierarquias sociais e culturais construídas pelo colonialismo. Essa *colonização interna* assegurou o Estado-nação e os descendentes dos colonizadores como os principais agentes da História. Estabeleceu-se, assim, uma memória poderosa que lograva manter o colonizado no “seu lugar”, mesmo após o término da ordem política do colonialismo formal.

O discurso histórico advindo do colonialismo assumiu formas de uma totalidade com a concepção de uma história única, válida para toda a humanidade, trazendo alguns contornos dramáticos para os países da América, que, por exemplo, compartilham, ainda hoje, de um “nós (euro-)ocidental”, mais do que um “nós latino-americano”, apagando as lutas e ações dos povos originários e afro-americanos.

Por outro lado, é preciso reconhecer um longo processo de resistência ao colonialismo por parte das populações subalternizadas e, não menos importante, uma extensa experiência de educação popular na América Latina em alguns espaços formais e muitos não formais. Nesses contextos, ao reclamar um lugar na História, as populações invisibilizadas buscam ser reconhecidas, também, como força política “viva” no presente.

É assim que o discurso homogeneizador da modernidade capitalista, e seu corolário, o Estado-nação, engendrado no século XIX, espelho ideal onde as sociedades deveriam perceber sua unidade orgânica, vem sendo questionado fortemente nas últimas décadas. De fato, em países periféricos, em relação à divisão internacional do trabalho, o discurso nacional identitário funcionou, até muito recentemente, como continuidade de um projeto colonizador, pois a modernidade europeia se apresentava como modelo e meta. Fazer parte do concerto das nações civilizadas foi desejo explícito entre os intelectuais-pedagogos que se dispuseram a pensar e propor um modelo identitário nacional. Nessa caminhada, a chamada “questão racial” passou a ser crucial para os projetos identitários das nações surgidas do colonialismo europeu.

Tem-se, portanto, na atualidade, um momento de embate mais intenso, nas sociedades que foram colonizadas, com a tentativa de passagem de uma pedagogia normalizadora (Puiggrós, 1991) para uma *interculturalidade crítica* (Oliveira; Candau, 2010). Aos discursos identitários herdados e/ou atribuídos, outros são escolhidos, reivindicados, reinventados em batalhas intensas

travadas em espaços culturais e simbólicos, seja na produção acadêmica, na mídia, na memória e na tradição ou na escola.

O ensino e a aprendizagem da História constituem-se como um dos epicentros dessas lutas sociais. A História científica, a educação cívica e a memória coletiva se entrecruzam no horizonte da história produzida para e pela escola e torna-se imperativo investigar e compreender similitudes e diferenças no espelho social que os países da *Latinoamérica* estendem para si mesmos nesse contexto de crise da modernidade.

O caminhar dos pesquisadores do ensino de História tem indicado que a mera inclusão de novos sujeitos ou temas em um *Código Disciplinar* (Cuesta Fernández, 1997) naturalizado — muito bem assentado na tradição, como uma representação muito resistente a mudanças — não é suficiente. A interculturalidade crítica indica que se necessita ir além da convivência harmônica entre desiguais, estabelecendo o compromisso do ensino escolar da História com as transformações estruturais necessárias para superar as heranças do colonialismo na construção de políticas outras do tempo histórico e escolar.

Nessa perspectiva, a América Latina se constitui como comunidade de destino no papel que cabe ao ensino e à aprendizagem escolar numa possível resistência organizada transnacionalmente. A função orientadora da aprendizagem da História se concretiza quando esta é capaz de atingir camadas profundas da memória coletiva, problematizando o discurso de homogeneidade excludente, o tempo linear e a desqualificação dos sujeitos subalternizados.

O presente dossiê justifica-se, especialmente, pela necessidade de somar e aprofundar experiências que questionam a normatização da história nacional e da história da humanidade, indicando possibilidades que ainda poderão ir além da mera tentativa de inclusão de outros sujeitos e outras histórias no relato padrão do Ocidente. Para isso, é preciso, cada vez mais, que se investigue e se compare como o ensino de História atual, em países multiétnicos, com histórias coloniais em comum, respondem às pressões contemporâneas por inclusão, revisão e mudança nas prescrições oficiais e nas práticas em relação à diversidade de sujeitos e experiências históricas, em um processo histórico abrangente.

Nesta proposta, reconhecemos que atravessamos tempos cruciais para as definições identitárias latino-americanas, justamente por que essas lutas se avultam e as reações eloquentes em contrário indicam que a transformação

que se almeja é oportuna e possível. Essa situação, todavia, reafirma o entendimento de que as transformações a respeito do ensino de História, justamente por estarem ligadas às atribuições identitárias, envolvem disputas políticas, materiais, simbólicas e, especialmente, relações de poder na reinterpretação das interações entre passados e presentes.

Ao propor a análise comparativa entre as prescrições e práticas para o ensino de História de países que partilham trajetórias similares de colonização, pretende-se oferecer, à comunidade pesquisadora e aos demais sujeitos do ensino de História, ferramentas para compreender os dilemas e tensões que envolvem projetos identitários e sociais na sua relação com o código disciplinar da História no avançar da terceira década do século XXI. Pretende-se colaborar para que, ao menos na reflexão sobre o ensino de História, as diferenças possam ir muito além das fronteiras delimitadas pelas valas profundas perpetuadas pelos séculos de colonização.

Abrindo o dossiê “Interculturalidade crítica e aprendizagem da História em perspectiva latino-americana” temos o artigo “O *Taller de História Oral Andina* e a experiência de um ensino de história intercultural na década de 1980 na Bolívia”, de Liz Andréa Dalfre. Nele, apresenta-se um projeto pioneiro de ressignificação de memórias silenciadas junto a comunidades indígenas que viviam nas cercanias de La Paz. Unindo consciência étnica, mobilização política, memória e educação, a oficina construiu um ensino-pesquisa de História que, hoje, pode ser lido como uma experiência de interculturalidade crítica, tornando a sala de aula e a comunidade espaços de confronto com a matriz colonial-racial e, portanto, de reconstrução epistemológica e identitária.

Em seguida, Francisco Javier Dosil Mancilla e María de Jesús Guzmán Sereno, em “Usos y abusos de la interculturalidad: del multiculturalismo revolucionario a una interculturalidad en resistencia”, apresentam, em um primeiro momento, um aporte conceitual e analítico em torno dos usos da perspectiva intercultural. Propõem, ao fim, uma “interculturalidade em resistência”, como projeto político e pedagógico, referenciado nos saberes e experiências de comunidades indígenas mexicanas. Trata-se de uma perspectiva que valoriza o conflito, a experiência concreta e o engajamento social como caminhos formativos com vistas à transformação das relações de poder.

Éder da Silva Novak, em “A Lei n. 11.645/2008 e a Escola Indígena: a compreensão dos alunos indígenas sobre sua história e cultura”, avalia a apli-

cação da referida lei a partir da autopercepção de estudantes da Escola Indígena Guateka (MS). Consta que, mesmo entre estudantes indígenas, o peso de currículos eurocentrados e de uma cultura histórica geral que deprecia a cultura e a agência dos povos originários faz visões assimilacionistas e estereotipadas prevalecerem. Questiona, com isso, “que ensino de história vem sendo praticado nas escolas indígenas?”, propondo, para além do repensar curricular, um cuidado na formação de docentes indígenas em direção ao entendimento da interculturalidade e ao desenvolvimento de uma consciência etno-histórica.

“Fissuras didáticas: entre a palavra, o corpo e a imagem no enfrentamento da narrativa colonial”, de Verônica D’Agostino Piqueira e Eduardo Fernando Francini, apresenta experiências de trabalho com a interculturalidade crítica, junto a alunos do 7º ano de uma escola particular paulistana. Mobilizam-se dois eixos estruturantes no trabalho realizado. O primeiro, léxico-textual: intervindo na linguagem utilizada pelo livro didático para desnaturalizar a violência colonial. O segundo, imagético-corporal, confrontando imagens canônicas do livro e obras de arte contemporâneas de Denilson Baniwa e Gê Viana, acrescidas de releituras cênicas criadas pelos próprios estudantes. O artigo demonstra que é possível construir uma proposta de História insurgente junto aos estudantes, que passam a ver, sentir e nomear, de maneira mais clara e profunda, o colonialismo e suas consequências para as sociedades brasileira e latino-americanas.

Refletir sobre “conversas” realizadas com professores chilenos e brasileiros é a proposta de José Felipe Cornejo Ormeño e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro em “Interculturalidade e Ensino de História em gerúndio: entre ‘tradução cultural’, criação e autoria docente”. Operando com conceitos como “tradução cultural”, “lugar de fronteira” e “hibridismo cultural”, os autores constata e defendem a presença de um ensino de História e de uma interculturalidade *em gerúndio* nos depoimentos autorais dos docentes, indicando um processo em constante construção, aberto, dinâmico e contextualizado. É nesse devir que os docentes articulam seus saberes com as experiências dos próprios estudantes e os saberes da disciplina na reconfiguração constante do conhecimento histórico escolar.

Em “Quem narra o Brasil desde a Primeira República? A educação histórica entre a lâmina do silêncio e a voz da insurreição”, Jacqueline Rodrigues

Antonio, Carlos Roberto da Silveira e Márcia Aparecida Amador Mascia comparam um manual didático brasileiro da década de 1920 com outro produzido em 2024, a fim de compreender como a formação do sujeito-cidadão tem sido vinculada à lógica da colonialidade do saber e ao silenciamento. Os autores mobilizam a Arqueogenealogia de Foucault (biopoder e governamentalidade), articulada à Filosofia da Libertação de Dussel para fundamentar a urgência em se desnaturalizar e reconstruir os currículos de História rumo a uma interculturalidade crítica e decolonial.

Outros artigos que compõem este dossiê serão publicados em edições posteriores da *Revista História Hoje*, ainda em 2026. Silvânia de Jesus Pina e Humberto da Silva Miranda, em “Direitos Infantoadolescentes e Interculturalidade Crítica: compromissos da docência em História”, relacionam o ensino de História e os direitos das crianças e adolescentes com base na interculturalidade crítica e na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer. Os autores defendem a desestabilização das matrizes temporais hegemônicas e o reconhecimento da multiplicidade de subjetividades que emergem nos processos de refiguração do conhecimento histórico como uma maneira de enfrentar as formas naturalizadas de hierarquização que negam a agência e os direitos de crianças e adolescentes.

Utilizando-se dos pressupostos da Educação Histórica e da *Grounded Theory*, como metodologia para construir macro e microcategorias analíticas, Eloá Lamin da Gama e Marlene Rosa Cainelli — em “Possibilidades de uma Consciência Histórica Perspectivada pela Educação das Relações Étnico-Raciais: uma análise de narrativas estudantis por meio de macro e microcategorias” — investigam o pensamento histórico de estudantes do Ensino Médio acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Os resultados obtidos, através da análise das narrativas dos estudantes, demonstram que os novos debates sobre racismo na sociedade brasileira e as novas diretrizes sobre o ensino de História repercutem de forma diversa entre eles, indicando um caminho em direção à sofisticação do pensamento histórico e ao fortalecimento de interpretações históricas orientadas por princípios antirracistas.

Em “Considerações sobre o ensino de História em uma perspectiva intercultural crítica: contribuições da Lei n. 10.639/2003 e de suas diretrizes”, Evelin Cristina da Silva Trindade e Rogerio Mendes de Lima, a partir das repercussões da Lei n. 10.639/2003, evocam o Movimento Negro como agente

educador na descolonização dos currículos de História. A superação do epistemicídio colonial, para os autores, se dá, como proposto em outros artigos deste dossiê, quando se vai além da mera inclusão de conteúdos, promovendo a agência histórica efetiva de sujeitos antes subalternizados.

Analisar como a temática indígena é representada em textos curriculares, entendidos como espaços de disputa simbólica e epistemológica, é o objetivo central do artigo “Currículo em disputa: a presença indígena nos discursos educacionais no estado de Goiás”, de Mary Jones Rocha da Silva. Evocando a noção de representação de Roger Chartier, como construção social, atravessada por relações de poder, e vinculando-se aos estudos pós-coloniais e decoloniais, o texto constata, apesar dos avanços normativos, a manutenção de uma cronologia ancorada na modernidade ocidental, reduzindo a presença indígena no currículo a temporalidades coloniais.

Encerrando os artigos selecionados para este dossiê, Claudia Regina Nischig e Nashla Dahás, em “Ensino de história, interculturalidade e cinema: possibilidades de abordagem para o ensino-aprendizagem desde o protagonismo indígena”, apresentam perspectivas de trabalho com filmes que evidenciam violências históricas e resistências indígenas, explorando memórias intergeracionais e valorizando saberes ancestrais. Propõem, assim, o uso poético-pedagógico dessas produções no ensino de História como uma forma de promover empatia e enfrentamento da colonialidade, proporcionando acesso a memórias e narrativas historicamente silenciadas.

Fazem parte deste dossiê também uma entrevista e duas resenhas que indicam que, mesmo em contextos sociais e institucionais diferentes, o diálogo e a troca de experiências entre os países da América Latina se fazem fundamentais. Em “África en la escuela colombiana: una lectura crítica de la propuesta pedagógica y decolonial de María Isabel Mena García” (publicado no vol. 14, n. 32), Luz Yehimy Chaves Contreras analisa a obra de Mena García relatando as dificuldades para a implementação da Cátedra de Estudos Afrocolombianos e de uma pedagogia antirracista nas escolas. Destaca-se na obra a busca por “repensar as formas de conhecer e ensinar a partir dos corpos, saberes e memórias negras”. Já Alexandre Mazetto Vieira, em “Raça social, um campo em disputa: empardecimento e apagamento de identidades no Brasil”, apresenta o trabalho de Bárbara Carine, analisando os embates da sociedade brasileira em torno da noção de “raça”. O livro alerta para novos riscos de

fragmentação das lutas sociais, especialmente com o chamado “movimento NeoPardo”, reeditando o mito da democracia racial. Segundo Mazetto, a obra de Carine ajuda a materializar o proposto pela Lei n. 10.639 e amplia a consciência da disputa de sentidos sobre o passado, sendo do rol das leituras essenciais para os professores de História na atualidade.

Como desfecho de todo este trabalho, apresentamos uma entrevista com o professor Nicanor Rebolledo, Titular-Investigador na Universidade Pedagógica Nacional (México). Nela, Rebolledo compartilha generosamente suas experiências com a interculturalidade crítica no México e no Brasil, tecendo oportunas comparações entre as duas realidades. Reflete, assim, sobre as possibilidades de uma prática intercultural efetiva, equilibrando-se entre um relativismo simplista e um essencialismo cultural, no intuito de construir oportunidades de transformação coletiva das realidades latino-americanas.

Os textos presentes neste dossiê, trazido a público pela Revista História Hoje, mostram que a superação de um ensino escolar de História eurocentrado, com a conseqüente construção de uma representação histórica pluriversal e, ao mesmo tempo, igualitária, da humanidade, é um desafio que move pesquisadores e professores da Educação Básica e Superior em diversos países da América Latina. Ao tensionar currículos, textos e práticas na perspectiva da Interculturalidade Crítica, reconhece-se que o fenômeno da aprendizagem da História se dá na cultura, portanto no conflito.

E é caminhando de mãos dadas com essa comunidade de luta e afeto em torno da aprendizagem da História que agradecemos à equipe editorial da Revista História Hoje, aos autores e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com esta edição. Saudações desde Abya Yala, esta terra que insiste em florescer.

REFERÊNCIAS

CUESTA FERNÁNDEZ, R. *El código disciplinar de la Historia*. Tradiciones, discursos y prácticas sociales de la educación histórica en España (siglos XVIII-XX). Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca, 1997. 981p.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da Modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciên-*

cias sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

PUIGGRÓS, A. *Sujetos, disciplina y curriculum en los orígenes del sistema educativo argentino*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1990, 372 p.

RUFER, Mario. Ruinas, zanjas, espectros: relatos del país donde no hay sombra. In: GNECCO, Cristóbal; RUFER, Mario. *El tiempo de las ruinas*. Universidad de los Andes, 2023.